

SUMÁRIO

PREFÁCIO – SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO	9
I – INTRODUÇÃO	17
PARTE 1 – A CAUSA E O JUSTO	
II – ETIMOLOGIA E SIGNIFICADO DOS TERMOS “CAUSA” E “JUSTO”	25
II.1 Causa	25
II.1.1 Etimologia	25
II.1.2 Significado	28
II.1.2.1 Linguagem corrente	28
II.1.2.2 Filosofia	30
II.1.2.3 Direito	38
II.1.2.3.1 Direito romano	42
II.1.2.3.2 Direito canônico	48
II.1.2.3.3 Direito civil	51
II.1.2.3.4 Direito processual	55
II.1.2.3.5 Direito penal	62
II.1.2.3.5.1 Causa no sentido de <i>causa eficiente</i>	63
II.1.2.3.5.2 Causa no sentido de <i>causa final</i>	69
II.2 Justo	72
II.2.1 Etimologia	72
II.2.2 Significado	74
II.2.2.1 A justiça na antiga Grécia	76
II.2.2.2 A justiça na era cristã	80
II.2.2.3 A justiça nos tempos modernos	84
III – NOÇÃO DE JUSTA CAUSA	97



IV – JUSTA CAUSA NO DIREITO CIVIL	101
V – JUSTA CAUSA NO DIREITO DO TRABALHO	104
VI – JUSTA CAUSA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	108
VII – JUSTA CAUSA NO DIREITO PENAL	112

PARTE 2 – JUSTA CAUSA
NO DIREITO PROCESSUAL PENAL

VIII – JUSTA CAUSA NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ...	121
VIII.1 Código de Processo Penal	121
VIII.2 Legislação especial	123
VIII.3 Código de Processo Penal Militar	124
VIII.4 Legislação projetada	125
VIII.4.1 Anteprojeto “Hélio Tornaghi”	125
VIII.4.2 Anteprojeto “Frederico Marques”	126
VIII.4.3 Anteprojeto apresentado pelo Ministério da Jus- tiça em 1981	131
VIII.4.4 Projeto 4.895/95	132
VIII.4.5 Anteprojeto apresentado pelo Ministério da Jus- tiça em 2000	133
IX – ESCORÇO HISTÓRICO DA JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL	135
IX.1 O <i>habeas corpus</i> e a justa causa, na Inglaterra	139
IX.2 O <i>habeas corpus</i> e a justa causa, no Brasil	144
IX.2.1 Brasil Império	144
IX.2.2 Brasil República	150
X – CONCEITUAÇÃO PROCESSUAL PENAL DE JUSTA CAUSA	165
XI – AS DENOMINADAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL	177
XI.1 Possibilidade jurídica	181
XI.2 Legitimação para agir	189
XI.3 Interesse de agir	195
XI.4 Nosso entendimento	215
XII – JUSTA CAUSA E AS CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL	218
XII.1 Os diversos entendimentos doutrinários	218
XII.2 Nosso entendimento	221



XIII – JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL DE NATUREZA CONDENATÓRIA	224
XIII.1 Justa causa e o exame prévio da legitimidade da ação penal	225
XIII.1.1 Direito comparado	225
XIII.1.1.1 Direito norte-americano	225
XIII.1.1.2 Direito italiano	227
XIII.1.1.3 Direito francês	229
XIII.1.1.4 Direito português	230
XIII.1.1.5 Direito inglês	233
XIII.1.2 O exame prévio da legitimidade da acusação no direito brasileiro	235
XIII.2 Justa causa para o recebimento da denúncia, em nosso sistema processual penal	237
XIII.2.1 Os diversos entendimentos doutrinários	238
XIII.2.2 Nosso entendimento	242
XIII.3 Natureza jurídica da justa causa	248
XIII.4 Natureza jurídica da decisão que reconhece a falta de justa causa	250
XIII.4.1 Os diversos entendimentos doutrinários	250
XIII.4.2 Nosso entendimento	256

PARTE 3 – ORIENTAÇÃO DOS JULGADOS

XIV – ACEPÇÃO DE JUSTA CAUSA	265
XIV.1 Justa causa: fato típico, em tese.	265
XIV.2 Justa causa: fato típico e indícios de autoria	268
XIV.3 Justa causa: fato em tese típico, antijurídico e culpável	269
XIV.4 Justa causa: exame dos elementos de fato e de direito, em hipótese	273
XV – EXAME DA PROVA E A CARACTERIZAÇÃO DA JUSTA CAUSA	277
XV.1 Justa causa: não comporta exame da prova	277
XV.2 Justa causa: comporta exame da prova	280
XV.2.1 Exame da prova: restrito à análise não aprofundada ou analítica	282
XV.2.2 Exame da prova: amplo quanto ao aspecto da legalidade	283



PARTE 4 – CONCLUSÕES

CONCLUSÕES	291
BIBLIOGRAFIA	293
Livros e periódicos	293
Dicionários e enciclopédias	311

